



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2008/2010 – “AGB em Movimento”

1 **Ata da 98ª Reunião de Gestão Coletiva da AGB.** Aos dias sete, oito e nove do mês de
2 novembro do ano de dois mil e oito realizou-se no Sindicato dos Professores do Estado do
3 Rio Grande do Sul (CPERS), localizado na Avenida Alberto Bins, 480, sala 301, centro,
4 Porto Alegre – RS, a nonagésima oitava Reunião de Gestão Coletiva – RGC – da
5 Associação dos Geógrafos Brasileiros. No dia sete às 14 horas e 20 minutos a presidente da
6 Diretoria Executiva Nacional da AGB, Alexandrina iniciou a reunião dando as boas vindas
7 aos delegados presentes. Em seguida abriu espaço para apresentação dos delegados e das
8 respectivas seções locais, bem como dos representantes da DEN. Estavam presentes as
9 seguintes seções representadas pelos respectivos delegados: Curitiba, Janaína (delegada) e
10 Gustavo (suplente); Aquidauana, Luiz Carlos; Viçosa Alexandre; São Paulo, Regina;
11 Marechal Cândido Rondon, Gabriel; Campinas, Marcel; Porto Alegre, Thiago (delegado) e
12 suplentes, Lara, Dilermando, Felipe; e DEN, Alexandrina, Nelson, Sinthia, Djoni e Reila.
13 Alexandrina inicialmente esclareceu que a posição da atual gestão é que nenhum de seus
14 membros viria como delegado da sua local e votaria nas RGCs e que a DEN (conforme rege
15 o seu Estatuto) terá direito apenas a um voto, neste caso o desempate. Esclareceu que esta
16 postura da atual gestão é para evitar acumulação de votos pela DEN na medida em que a
17 mesma é composta de várias seções locais. Regina valorizou a posição da DEN. Após estas
18 colocações, Alexandrina fez a leitura da pauta que foi aprovada com algumas alterações na
19 ordem dos pontos. Em seguida passou-se para o ponto de pauta informes da Diretoria
20 Executiva Nacional (com avaliação do primeiro trimestre de gestão); Alexandrina fez os
21 informes da DEN informando sobre a reunião da diretoria nacional ocorrida no mês de
22 agosto em São Paulo. Pontuou ainda sobre a criação da lista de discussões entre os membros
23 da DEN e sobre o andamento do processo de registro do Estatuto. Fez relato sobre as
24 conversas com as seções do nordeste ressaltando principalmente a conversa tida com Sônia
25 Tomassoni a respeito dos impasses que envolvem a AGB na Bahia. Sinthia leu o quadro de
26 tarefas estabelecido para cada membro da DEN. Alexandrina esclarece que desde a reunião
27 da DEN em agosto não se conseguiu resposta aos contatos realizados com Augusto
28 (segundo tesoureiro). Explica que a DEN esperava que algum delegado do Rio estivesse
29 presente nesta RGC, para explicar a situação. Quanto aos problemas relacionados ao sítio,
30 Sinthia afirma que é necessário a rápida solução destas questões. Apresenta a proposta de se
31 passar o sítio para os cuidados da Liliane (secretária da seção Porto Alegre). Salienta a
32 necessidade de se encaminhar ofício para Marcelo (gerenciador do sítio) pedindo todas as
33 senhas e arquivos e caso isso não ocorra reestruturar o sítio em outro domínio. Thiago
34 complementa sobre a possibilidade de se buscar uma solução judicial além de administrativa
35 contra o atual responsável pelo sítio da AGB. A decisão tomada pela RGC foi de que o
36 trabalho junto a página da AGB na internet seja repassada para Liliane com remuneração
37 mensal de R\$ 100,00. Aprovou-se ainda pelo envio de uma carta ofício ao Marcelo
38 solicitando todas as senhas, registros e arquivos da página da AGB na web. Alexandrina
39 salienta sobre o envio de carta da nova gestão para o MEC, CONFEA, CREA, IBGE,
40 CONEEG, movimentos sociais e aos associados em geral informando da mudança da
41 gestão. Esclarece ainda sobre a participação em outras atividades, como: envio de carta para
42 senadores e deputados com relação a PEC dos municípios e a participação de reunião em
43 São Paulo com o presidente da república. Próximo ponto, informes das seções locais (com
44 avaliação da gestão DEN – do primeiro trimestre); Regina fez breve relato da gestão anterior
45 da local e informa sobre a inscrição de duas chapas para a disputa da eleição na seção.
46 Pontua ainda a preocupação da seção sobre o sítio web da nacional e que a local queria
47 utilizar. Informa que a seção local conseguiu adequar o Estatuto, mas ainda não registrou.
48 Luiz Carlos (Aquidauana) informa que a local vem propondo uma relação com as



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2008/2010 – “AGB em Movimento”

49 prefeituras e com o Estado, informa sobre a realização do Fala Professor Estadual e da
50 participação no conselho estadual das cidades. Apresenta demanda da local sobre a
51 representação no conselho nacional das cidades que será levada para ao GT de urbana para
52 ver qual o posicionamento, já que a AGB possui representação no conselho. Gabriel
53 (Marechal Cândido Rondon) informa sobre o lançamento da revista Geografia em Questão,
54 da representação junto à elaboração do plano diretor do município e da busca de
55 aproximação da AGB com os professores do ensino fundamental e médio. Alexandre
56 (Viçosa) pontua sobre a política da local de aproximação com os professores do ensino
57 fundamental e médio. Marcel (Campinas) informa que a local se encontra em processo
58 eleitoral e que a atuação esta centrada no fomento da AGB junto aos estudantes da
59 graduação. Pontua também que a local tem se expandido para outras cidades próximas a
60 Campinas. Ponto seguinte regularização da DEN e das Locais ao Código Civil. Alexandrina
61 e Reila esclareceram sobre a morosidade devido a burocracia em relação ao registro do
62 Estatuto. Sobre este ponto a RGC aprovou que as locais deverão realizar as suas adequações
63 estatutárias, seguindo e respeitando o estatuto da nacional, após a regularização da DEN, ou
64 seja, após o registro do estatuto e da atual diretoria. As 19h30 do dia sete, registra-se a
65 chegada de Márcio (delegado) e demais representantes da seção Florianópolis. Márcio
66 explica sobre a situação complicada da seção e o processo eleitoral que ocorreu escolhendo
67 a nova diretoria da local. Explica que a conta corrente da local ainda se encontra bloqueada.
68 Ponto prestação de contas XV ENG; DEN 2006-2008; Sinthia informa que as contas da
69 gestão passada e do XV ENG não foram prestadas expôs ainda que as contas deveriam ser
70 prestadas durante a assembléia do XV ENG. Sobre esta situação, a proposta elaborada de
71 forma consensual pela RGC, propõe que a prestação de contas, do XV ENG e da gestão
72 2006/2008 seja realizada até o dia 12 de dezembro de 2008 e caso isso não ocorra, a DEN
73 tomará as medidas necessárias. Avaliação do XV ENG; Alexandrina realizou apresentação
74 da avaliação do XV ENG realizada pelas seções do nordeste que elogiaram os EDPs,
75 reclamações com relação a grande distância das salas de realização do evento e a falta de
76 sinalização indicativa. Gabriel apresentou a avaliação da seção Marechal sobre o XV ENG.
77 Aponta que a avaliação dos associados foi positiva, no entanto, foram apontados alguns
78 pontos negativos como pouco tempo para os pareceristas emitirem os pareceres, outro ponto
79 negativo foi a questão dos valores diferenciados para aqueles que apresentaram trabalhos.
80 Alexandre aponta que os associados de Viçosa salientaram sobre os horários de atividades
81 sobrepostos. Márcio informou que na avaliação de Florianópolis o fato das pessoas não
82 poderem circular entre os EDPs é um fato negativo, coloca que a seção pontuou a
83 necessidade de que os EDPs continuem após o evento. Associados apontaram ainda a
84 necessidade de mais mesas de geografia física e de geografia econômica. Janaína informa
85 que em Curitiba os associados consideraram que o ENG se expande durante muito tempo e
86 que a participação baixa é devido o fato dos associados terem que trabalhar. Regina informa
87 que a avaliação da seção São Paulo considerou de modo geral que o evento foi positivo, no
88 entanto, existem algumas situações pontuadas como delicadas como a questão dos
89 alojamentos que geraram um gasto de R\$ 10.000,00 para o evento. Salienta que houve um
90 ato de vandalismo dos alunos no alojamento e pede uma posição política da AGB sobre esta
91 situação. Aponta ainda problemas com a autonomia das comissões, com a divisão das
92 tarefas e a falta de um responsável para as mesmas. Marcel coloca que na seção de
93 Campinas foi pontuado problemas com os certificados e os anais do evento. Pontua ainda a
94 necessidade de repensar a atuação da comissão científica e da RGC para que as decisões não
95 se anulem. Enfatiza ainda a necessidade de aproveitar as mesas redondas como GTs. Djoni
96 pontua sobre a importância da existência dos alojamentos para a participação dos associados

97 da seção de Marechal, salientando que deve se criar uma política para manter os alojamentos
98 como parte do encontro. Sinthia apresenta preocupação com os valores diferenciados para
99 aqueles que irão apresentar os trabalhos. Regina pontua que para os EDPs deveria se ter uma
100 maior quantidade de salas para ter menos trabalhos por sala. Explica que a seção Rio
101 demorou para passar a separação dos trabalhos por eixo e isso prejudicou a solicitação das
102 salas necessárias. Marcio salienta sobre a questão do acampamento na USP, afirma que a
103 decisão dos estudantes em acampar ocorreu após evidenciarem que muitos estudantes não
104 teriam condições de arcar com a hospedagem e diante a dificuldade de se ter alojamentos
105 dentro das universidades. Afirma que foi uma decisão e discussão política e que o
106 acampamento foi um espaço político. Felipe coloca que o acampamento não foi
107 despolitizado e que não se teve enfrentamentos e que foi uma posição política, marcada, do
108 espaço público. Salienta que no ENG em POA deve-se pensar os alojamentos devido a
109 questão climática e que a seção já esta pensando numa campanha do agasalho. Djoni
110 salienta que ficou na escola e não viu como vandalismo os acontecimentos nos alojamentos.
111 Coloca diversos problemas com relação aos alojamentos, inclusive a falta de água.
112 Alexandrina pontua que durante o ENG foi chamada por associados da seção João pessoa –
113 PB para intervir junto a DEN que não havia dado retorno aos estudantes sobre a condição de
114 pneumonia que um integrante sofreu devido às condições precárias de infra-estrutura do
115 alojamento. Sinthia pontua a importância das discussões realizadas na CONEEG sobre
116 espaço publico, coloca que é necessário pensar que o alojamento não é apenas para os
117 estudantes. Enfatiza que o alojamento deve ser considerado central na estrutura do ENG. A
118 posição da RGC sobre o pedido de Regina para elaboração de uma posição política da AGB
119 para com os encontristas que se utilizaram dos alojamentos foi de que a AGB não deve
120 elaborar este documento em relação a situação dos alojamentos do XV ENG, entendendo a
121 partir dos relatos de presentes nos alojamentos que a culpa não foi dos encontristas, visto
122 que os alojamentos já se encontravam em situações precárias. Sobre a questão das RGCs a
123 DEN apresentou proposta de descentralização das RGCs por regiões. Outra decisão tomada
124 pela RGC é fazer um levantamento dos inscritos do XV ENG por categoria: com trabalho e
125 sem trabalho apresentados. Com relação aos anais do XV ENG e os trabalhos não
126 publicados, a RGC decidiu que seguindo os princípios da AGB é de que trabalho
127 apresentado é trabalho publicado. Após este debate passou-se para o ponto: Gestão Coletiva
128 Sul/AGENDA; Nelson, Alexandrina e a mesa expõem a questão relacionada a AGB Gestão
129 Coletiva Sul explicam que um determinado grupo está se apropriando do nome das locais
130 para organizar o ENSULGEO considerando ele como um evento regional das seções da
131 AGB do Sul do Brasil. Janaína informa que encontrou nos arquivos da AGB Curitiba o
132 programa do I ENSULGEO. Salienta ainda que a AGB local era chamada a participar deste
133 evento, somente quando tudo estava fechado. Márcio pontua que na local de Florianópolis
134 foi debatido que a Gestão Coletiva Sul, não é uma organização das locais do Sul do Brasil.
135 Afirma que já em outros momentos as locais Curitiba, Florianópolis e Londrina se
136 organizaram e construíram o ENSULGEO. Pontua que desta vez o encontro esta sendo
137 realizado em Francisco Beltrão, esclarecendo que o encontro já vem montado e embora se
138 coloca Gestão Coletiva, as AGBs locais não participam do processo de construção do
139 evento. Salienta que na primeira circular saiu como comissão organizadora, “AGB Gestão
140 Coletiva Sul”, na segunda circular saiu como seção agenda e que na última circular saiu
141 como seção Francisco Beltrão. Djoni informa que a seção de Francisco Beltrão estava
142 desativada e que foi reativada em 2008 em função do ENG. Gabriel pontua que a posição
143 tirada na assembléia da seção de Marechal é de que a Gestão Coletiva Sul é ilegítima.
144 Alexandrina esclarece que a caracterização de um encontro regional da AGB ocorre através

145 da participação efetiva das seções locais no processo de construção do evento. Aponta como
146 encaminhamento a realização de um trabalho de construção do evento, articulando as AGBs
147 locais do sul. A partir destes apontamentos a RGC aprovou o seguinte encaminhamento
148 sobre o ENSULGEO SUL e a Gestão Coletiva Sul: Que seja feito um trabalho de construção
149 paralela articulando as seções locais do sul que estão amadurecendo a construção de um
150 evento regional da AGB. Se o atual grupo que organiza o ENSULGEO quiser chamar
151 Gestão Coletiva Sul terá que chamar todas as seções locais para uma reunião. As seções
152 locais presentes nesta RGC: Curitiba, Florianópolis, Marechal Cândido Rondon e Porto
153 Alegre, se comprometeram a chamar uma reunião de todas as seções locais do sul para
154 iniciar esta discussão. Encerrado este debate passou-se para o ponto de pauta: Carta da
155 CONEEG sobre o ENADE. Foi realizada a leitura da carta da CONEEG que pedia apoio da
156 AGB ao boicote do ENADE que esta sendo realizado pelos estudantes. Reila, defende que
157 esta discussão seja realizada no GT de ensino e formação e nas seções locais. Marcio
158 salienta que a CONEEG pede apoio da AGB para a discussão da geografia que é ensinada.
159 Felipe pontua que deve se encaminhar a discussão formalmente dentro das locais e no GT.
160 Nelson concorda que esta discussão deve ser encaminhada ao GT de ensino. Mas questiona
161 se a AGB teria como apoiar a CONEEG devido ao acúmulo do GT. Lembra que houve um
162 GT de ensino no último ENG em que foi deliberado a contraposição ao ENADE. Aracídio
163 propõem encaminhamento de que a AGB encaminhe a carta da CONEEG para as locais
164 discutirem. O encaminhamento aprovado pela RGC é de que a AGB pode expressar seu
165 apoio a CONEEG na luta contra o ENADE, com o respaldo do acúmulo das discussões do
166 GT de Ensino e Formação, ocorrido durante o XV ENG e aprovado em assembléia geral.
167 Outro encaminhamento aprovado pela RGC é que a DEN deve enviar a carta da CONEEG
168 ao GT de Ensino e Formação e as seções locais para que façam a discussão sobre o ENADE
169 tendo em vista o boicote e acumulem discussão levando-se para o XVI ENG. Próximo ponto
170 de pauta infra-estrutura para o XVI ENG; Thiago pontua que desde o XV ENG havia a
171 proposta da local de realizar o XVI ENG na PUC. Esclarece as estimativas de custos
172 apresentados pela PUC para 80 salas, 6 auditórios e estrutura para abertura e encerramento o
173 custo apresentado pela PUC é de R\$ 249.000,00. A partir desta consulta a local começou a
174 mapear outros locais possíveis, encontrando a UFRGS que possui auditórios menores,
175 porém se localiza no centro da cidade. Pontua que conseguiram apoio do departamento de
176 geografia e do instituto de geociências, faltando marcar reunião com reitor. Salienta que a
177 UFRGS é central possui fácil acessibilidade e estrutura para o ENG, como: espaço grande
178 para abertura e encerramento, além de auditórios menores para as mesas redondas e salas de
179 aula para EDPs. Alex pontua que o objetivo de Porto Alegre é tentar baratear o encontro
180 para ter mais participantes. Alexandrina visitou os possíveis locais juntamente com Nelson e
181 faz uma avaliação. Pontua que a PUC teria toda a infra-estrutura, porém a realização do
182 evento lá teria um custo muito grande. Explica que foi até o ginásio Tesourinha e achou a
183 estrutura parecida com o Baby Barione que sediou a abertura e encerramento do XV ENG
184 em São Paulo. Afirma que a estrutura da UFRGS agrega todas atividades do evento. Explica
185 que o auditório da universidade é muito bonito e que comporta 1309 pessoas sentadas e que
186 é necessário definir urgentemente se a AGB irá necessitar deste auditório. No entanto,
187 Alexandrina salienta que este auditório não comporta os 4.000 participantes esperados para
188 o evento. Sinthia salienta que existe discussão na AGB Porto Alegre sobre locação de
189 espaços para o ENG. Explica que o ginásio Tesourinha tem um conforto maior inclusive
190 com cadeirinhas. Contudo, considerando o inverno aponta que a melhor saída seria o
191 auditório do Salão de Atos da UFRGS ampliando a capacidade deste a partir da colocação
192 de telões em salas de apoio. Propõem que se faça um levantamento da capacidade dos locais



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2008/2010 – “AGB em Movimento”

193 de abertura e encerramento dos outros ENG's, mas salienta a necessidade se fazer a reserva
194 preliminar para a abertura e o encerramento tanto do ginásio quanto do salão de Atos.
195 Alexandrina lembra que o encontro da SBPC será na mesma data do ENG. Alex pontua ser
196 necessário fazer um levantamento do número de participantes dos ENG's passados para ter
197 estimativa de crescimento. Felipe pontua que na abertura não se terá 5 mil pessoas presentes.
198 Alexandrina propõem que a RGC decida pela reserva dos dois locais. Regina explica que na
199 USP houve privatização de vários espaços, inclusive salas de aula. Sinthia esclarece que o
200 trabalho da tesouraria do XVI ENG deverá ser feita em conjunto entre tesouraria da local da
201 AGB Porto Alegre e da DEN. Thiago pontua que para alojamento poderá ser usado o
202 campus da Educação Física onde tem banheiros e pode servir de alojamento e acampamento.
203 No entanto, pontua que é distante do local havendo necessidade de deslocamento. Alex
204 salienta que existem outros alojamentos no centro de Porto Alegre que custam em média R\$
205 6,00 a R\$ 8,00 a diária. Explica que se o evento for centralizado na UFRGS existe um RU
206 próximo. O encaminhamento aprovado pela RGC a respeito da infra-estrutura para o XVI
207 ENG é de fazer um levantamento da capacidade dos outros eventos, mas já fazer a reserva
208 preliminar dos espaços propostos e somente depois da reunião com a reitoria oficializar a
209 reserva. Após este momento foi encerrado a discussão a reunião neste dia às 20h10,
210 retomando-se as atividades no dia seguinte às 09h25. O primeiro ponto discutido neste dia
211 foi Fórum Social Mundial no qual foi aprovado por unanimidade da RGC a necessidade de
212 se realizar a imediata inscrição da AGB no fórum independente da atividade a ser realizada.
213 Definiu-se ainda sobre a necessidade de buscar entrar em contato com a seção local da AGB
214 de Belém, cidade que estará sediando o fórum. Alexandrina pontua que a DEN não poderá
215 assumir os custos da participação de delegados no Fórum Social. Encerrado este debate
216 iniciou-se o ponto sobre o Jubileu Sul. Após breve exposição de Reila sobre o Jubileu Sul,
217 Alexandrina fez ponderações esclarecendo que há diferenças entre fazer parte do Jubileu Sul
218 e dar apoio ao Jubileu Sul. Sobre este ponto a RGC decidiu que deverá ser enviado material
219 sobre o Jubileu Sul para as locais e encaminhar um ouvinte para a assembléia em Salvador.
220 A RGC encaminhou ainda que as locais não devem cobrar as anuidades antigas não quitadas
221 pelos associados. Sinthia esclareceu ainda que para as locais receberem os novos talonários
222 é necessário que as mesmas realizem a prestação de contas dos talonários antigos que
223 deverão ser enviados até o dia 31 de dezembro do corrente ano. Próximo ponto Reforma
224 Estatutária: adequação das seções locais à nacional. Nelson pontua que as locais devem
225 realizar a adequação do seu estatuto seguindo o estatuto da AGB nacional. Questiona como
226 a DEN irá acompanhar as adequações estatutárias das locais para verificar se as mesmas não
227 ferem o estatuto da nacional. Sinthia salienta a importância desta discussão afirmando a
228 necessidade de ter um advogado que possa acompanhar as locais para que os estatutos das
229 mesmas não venham a ferir o estatuto da nacional. Janaína defende que o estatuto da local
230 Curitiba já está registrado e que a seção nunca teve a intenção de se distanciar da nacional.
231 Pontua que legalmente a AGB congrega categorias diferenciadas: sócios efetivos, bacharéis,
232 sócios permanentes e sócios estudantes. Defende ainda que a categorização dos associados
233 feita pela AGB Curitiba, não fere o estatuto da Nacional. Felipe questiona como uma local
234 pode registrar seu estatuto antes da nacional e o mesmo não ferir o estatuto da AGB. Pontua
235 a necessidade de acompanhamento para com as locais. Nelson enfatiza a necessidade de
236 registrar primeiramente o estatuto da nacional. O encaminhamento aprovado pela RGC
237 sobre este ponto foi de que Sinthia irá verificar com o advogado qual seria a melhor forma
238 de acompanhar a adequação dos estatutos das locais, verificando com o mesmo qual seria a
239 melhor forma deste repasse para as locais. Foi aprovado ainda que as locais deverão
240 primeiramente ter seus respectivos advogados para realizar o trabalho de adequação

241 estatutária. Próximo ponto da pauta, Situação funcionário/estagiário da sede da AGB. A
242 mesa explica que a AGB possui uma funcionária na sede em SP e que o novo código civil,
243 exige que os funcionários sejam contratados em regime de trabalho e não mais como
244 estagiários. A mesa pondera sobre a necessidade de se ter funcionário na sede em São Paulo.
245 Sobre este ponto a RGC aprovou que a funcionária deverá ser contratada em regime de CLT
246 cumprindo 20 horas semanais. Sinthia esclareceu que irá verificar junto a receita federal esta
247 situação da entidade ter uma funcionária em regime de CLT. Encerrado este ponto, Reila faz
248 uma ressalva na prestação de contas esclarecendo sobre os cheques repassados para ela por
249 Edvaldo. Explica que recebeu três cheques, via sedex, provenientes do financiamento do
250 CNPq para o XV ENG e que ela estava responsável para buscar as notas fiscais para
251 endossar os mesmos. Explica que ao recolher o endosso da editora Xamã depositou o
252 cheque de R\$ 35.050,00 em sua conta com o objetivo de pagar as despesas da reunião da
253 DEN em São Paulo no mês de agosto já que as contas da DEN estavam bloqueadas devido a
254 troca de gestão e necessidade de registro do Estatuto. No entanto, como o cheque não foi
255 compensado a tempo os custos da reunião foram custeados em parte pela seção São Paulo,
256 seção Rio e pelos membros da DEN. Sendo assim, o cheque foi repassado para a conta da
257 nacional em sua integridade no dia 15 de setembro. Após recolher o endosso dos demais
258 cheques, R\$ 20.242,00 e R\$ 1.721,00 no dia 09 de setembro, os mesmos também foram
259 depositados na conta da DEN. Próximo ponto de pauta políticas de atuação da DEN. Nelson
260 e Alexandrina explicam que os GTs são o ponto central da AGB e que a relação entre os
261 GTs e a DEN está desarticulada e que o objetivo é retomar esta articulação. Pontuam que
262 respaldados no XV ENG, existem os GTs: AGB e Reforma Urbana que possui a
263 participação de várias locais e existem 6 pessoas (Arlete, Regina, Yuri, Luiz Gonzaga,
264 Fabiana e Desirre) que são representantes da DEN no FNUR. Existe ainda o GT Ensino e
265 Formação consolidado e aprovado no XV ENG. O GT Ambiente em que a seção Rio está
266 articulando a questão ambiental dentro do FNUR. Além dos GTs foi criada a Comissão de
267 Assuntos Profissionais em que Cristiano e Victor estão se articulando e respondendo pela
268 questão profissional. Salientam que a RGC deve estabelecer uma proposta de construção e
269 sistematização dos GTs, para não criar relação viciosa. Alexandrina aponta que no processo
270 de construção da chapa, houve uma preocupação em articular pessoas para as comissões de
271 trabalho na relação DEN-GT. A seção Florianópolis aponta que discutiu a questão dos GT e
272 propõem que os GTs tomem cuidado na elaboração e divulgação dos documentos, para que
273 fique claro que se trata da posição do GT e não da AGB. Regina coloca que os documentos
274 dos GTs devem sair da AGB com a participação e aprovação da DEN. Alexandrina pontua
275 que a DEN entende que só é possível a gestão coletiva a partir dos GTs. Explica que são os
276 GTs que dão movimento a AGB caso contrário as locais funcionam a partir da
277 representatividade e não de uma gestão coletiva. Explica que pode existir GTs a nível
278 nacional, mas que o indicado é a existência de GTs nas locais. Alexandrina exemplifica a
279 atuação dos GTs mostrando que a partir de manifestações no interseções e na lista da
280 geografia solicitando posicionamento da AGB sobre o artigo da revista Veja, foi elaborado
281 uma carta repudiando a matéria da revista que foi assinado pelo GT de Ensino e Formação.
282 Portanto esclarece que AGB em movimento para atual gestão é GT em movimento. Explica
283 ainda que qualquer pessoa pode-se agregar aos GTs. Após os esclarecimentos e debates a
284 RGC encaminhou que a discussão em torno dos GTs deverá ser ponto de pauta permanente
285 nas RGCs. Definiu-se ainda pela elaboração de um texto didático explicando o que é GT, o
286 funcionamento e como se articulam local e nacionalmente. Aprovou-se ainda que se deverá
287 escrever um comunicado para as seções locais sobre as informações dos GT que estão
288 articulados e solicitar informações dos GT que não se tem conhecimento. Definiu-se ainda

289 pela necessidade de resgatar a memória de construção do GT. Próximo ponto debatido foi
290 Terra Livre: Políticas de publicação e Terra Livre 26: Marcio salienta que a local de
291 Florianópolis defendeu que a revista deve estar no sitio da AGB. Pontua ainda que alguns
292 associados relataram que enviaram artigos mais que não receberam retorno. Sinthia pontua
293 que existem alguns arquivos de TL em meio digital e que precisa colocar isso no sitio da
294 AGB. Salienta ainda que na reunião da DEN em agosto foi aprovado a necessidade de
295 disponibilizar as revistas no sitio da AGB. Pondera que a Terra Livre é a revista que
296 representa a veiculação do conhecimento geográfico e é necessário pensar como é feita a
297 publicação dela, pois não se entende os critérios de avaliação de artigos, do conselho
298 editorial e da escolha dos pareceristas. Alexandrina defende que há a necessidade de maior
299 transparência na Terra Livre. Esclarece que a DEN entende que a RTL tem que ter um perfil
300 diferenciado não apenas acadêmico e propõem que a revista assuma um perfil dentro da
301 AGB. Nelson também concorda que a TL não é uma revista acadêmica como as demais e
302 que ela é da AGB e é preciso conduzi-la pela linha de atuação da entidade. Defende que na
303 TL seja publicado questões discutidas nos GTs. Salienta que a TL não pode definir seu
304 editorial em função de alcançar o Qualis “A”. Regina expõe que na RGC em Uberlândia foi
305 discutido sobre a RTL e feito uma crítica a AGB que não estava dando respostas as questões
306 da sociedade. Dilermando propõe como encaminhamento que a Terra livre não tenha
307 somente artigos, mas notas, ensaios, etc. Salienta que a política de publicação da Terra Livre
308 deve ir além dos procedimentos de publicação. Alexandre explica que em Viçosa se decidiu
309 pela necessidade de descentralização da terra livre e que a Comissão Científica deve ter um
310 integrante de cada seção local. Alexandrina salienta que muitas vezes faltam relatos e notas
311 para a revista. Explica ainda que o problema não é apenas político. Pontua que é necessário
312 resolver a questão de muitos artigos aprovados e que estão como banco de artigos, além
313 disso, existem reclamações de que não há resposta aos artigos encaminhados. Salienta ainda
314 que na prática toda gestão tem que publicar 4 números, ou seja, 2 por ano e que isso implica
315 numa política de publicação, pois envolve entre outras questões, a necessidade de recursos.
316 Após a fala de Alexandrina registra-se a saída do delegado de Aquidauana às 14h36 por
317 motivos de viagem. Luiz Carlos, delegado de Aquidauana manifesta a reivindicação da local
318 de sediar uma RGC que não necessariamente precisa ser a 99ª RGC, podendo ser a seguinte
319 a 100ª RGC. Retomando o debate em torno da RTL, Felipe pontua que seguir a política de
320 publicação do CNPq implica na publicação de 2 números por ano. Contudo pondera que
321 deve se manter essa política para haver a possibilidade de financiamentos. Aponta para a
322 necessidade de publicar os artigos que já foram aprovados. Compreende que se notas e
323 resenhas não estão sendo enviadas para a revista pode ser decorrente dos atuais rumos que a
324 revista vem assumindo. Reila propõem como encaminhamento que se peça a Edvaldo e
325 Alexandre um balanço da quantidade de artigos já aprovados. Nelson explica que na reunião
326 da DEN em São Paulo foi debatido que a RTL não seria tematizada a-priori. No entanto,
327 pondera que a medida que os artigos vão chegando e se concentram em uma determinada
328 temática o número poderia ser temático. Explica ainda que possuir notas e resenhas não quer
329 dizer que a revista não seja acadêmica, pois a CAPES pede a existência destas formas para
330 melhorar a avaliação da revista. Dilermando defende que não se deve deixar a RTL somente
331 nas mãos da comissão de publicação e que a organização da revista deve extrapolar a
332 comissão formada, para que a revista tenha uma cara da AGB e não da comissão de
333 publicação. Alexandrina defende a imediata ampliação da comissão de publicação. O
334 encaminhamento aprovado pela RGC sobre a política de publicação da Revista Terra Livre é
335 de que se faça um resgate da RTL, delimitação dos papéis da comissão de publicação,
336 ressaltando que a comissão não deve pensar apenas na RTL, mas no sitio, no AGB Notícias.



Associação dos Geógrafos Brasileiros
Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2008/2010 – “AGB em Movimento”

337 Definiu-se pela ampliação da comissão de publicação em número de pessoas e na
338 rediscussão do papel de decisão da comissão. Aprovou-se ainda que a RTL não deve conter
339 apenas artigos acadêmicos, mas ser reforçada com outras formas de publicações (notas,
340 resenhas) e acrescentar as experiências políticas. Encaminhou-se que a RTL deve ser uma
341 publicação da AGB, publicando as discussões dos GTs e que ela não será temática. Por
342 último a RGC definiu que o debate sobre a política de publicação da RTL deverá ser ponto
343 de pauta da próxima RGC. Sobre o ponto de pauta Terra Livre 26; A RGC definiu que deve-
344 se resgatar a diagramação e fazer o orçamento para a reimpressão da RTL 26. Decidiu-se
345 ainda que a reimpressão do número 26 não deve ser pago com os recursos do caixa da AGB,
346 devendo ser buscado apoio financeiro junto a sindicatos ou outras entidades. Encerrada esta
347 discussão passou-se para o ponto de pauta escolha de data e local da 99ª RGC; Alexandre
348 pontua que a seção Viçosa candidatou-se, já no XV ENG para receber a 99ª RGC, reforça a
349 candidatura nesta RGC. Foi aprovado por unanimidade dos presentes que a 99ª RGC será
350 em Viçosa no mês de março de 2009 com data e local ainda a ser marcado e confirmado.
351 Após esta discussão foi encerrada a 98ª RGC às 15h40 do dia 09 de novembro do ano de
352 2008. Nada mais havendo a tratar, eu, Djoni Roos secretário da DEN lavrei a presente ata,
353 que será lida, aprovada e assinada por mim e demais presentes. Porto Alegre/RS, 07, 08 e 09
354 de novembro de 2008.